

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.514 - RO (2019/0315322-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ALESSANDRA DA COSTA METZKER (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, interposto por ALESSANDRA DA COSTA METZKER, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no julgamento do HC n. 0003436-17.2019.8.22.0000.

Extrai-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso VII, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). Referida custódia foi convertida e preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

Habeas Corpus. Tráfico de drogas. Prisão preventiva.

Requisitos presentes. Garantia da ordem pública. Medidas cautelares. Insuficiência. Mãe de filho menor de 12 anos. Situação excepcional. Não acolhimento. Ordem denegada.

1. Para a prisão preventiva, conquanto medida de exceção, presente a fumaça da prática de um fato punível, ou seja, o *fumus commissi delicti* que é a comprovação da existência de um crime e indícios de sua autoria, desnecessário, sobretudo no limiar da ação penal, conclusão exaustiva, bastando a simples probabilidade de sua ocorrência.

2. Configurada a situação de excepcionalidade prevista no julgamento do HC 143.641/SP do STF, não é adequada a conversão da prisão preventiva em domiciliar, uma vez que a paciente retirou o ambiente salutar do seu domicílio ao introduzir a prática do delito de tráfico, de modo que o infante deve ser resguardado pelo Estado e afastado desse ambiente nocivo (Precedente do STJ).

3. Ordem denegada. (fls. 167).

No presente recurso, alega ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Superior Tribunal de Justiça

Ressalta a presença de condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do reclamo (fls. 200/202).

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado.

Isso porque, das informações trazidas pelo Ministério Público, constatou-se que, em 18/10/2019, foi proferida sentença condenando a ora recorrente às penas de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime aberto, e pagamento de 167 dias-multa, tendo sido substituída a reprimenda corporal por restritivas de direito e concedido o direito de recorrer em liberdade.

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste recurso, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da irresignação.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator